



O planejamento das compras públicas: um estudo bibliométrico nos países da OCDE e no Brasil.

Andréa Diniz Nery

Universidade Federal do Tocantins

Marcos Conceição da Silva

Universidade Federal do Tocantins

Delson Henrique Gomes

Universidade Federal do Tocantins

Dr. Luiz Paulo Benício

Universidade Federal do Tocantins

Dr^a. Suyene Monteiro da Rocha

Universidade Federal do Tocantins

RESUMO:

O planejamento das contratações governamentais é fundamental para o fortalecimento de uma gestão pública pautada em boas práticas organizacionais. O objetivo deste trabalho é analisar a produção científica sobre esse tema por meio de uma análise bibliométrica. Utilizou-se a base de dados *Web of Science* que culminou em 1.688 artigos. Foram definidas métricas bibliométricas segundo a análise de desempenho e ao mapeamento científico. Para o primeiro campo foram explorados aspectos como o conjunto de artigos publicados de 1991 a 2025, o quantitativo de publicações ao longo de um período, os autores mais relevantes, os periódicos de maior destaque e as instituições de pesquisa mais produtivas. No segundo, explorou-se a estrutura social, a dimensão conceitual e a estrutura intelectual do tema. A análise indicou que a produção internacional sobre o tema se fortaleceu, especialmente após 2010, com destaque para autores e periódicos de alto impacto na OCDE, enquanto no Brasil os estudos são mais recentes e concentrados em instituições públicas. O campo é liderado por um núcleo de instituições interconectadas, voltado nacionalmente para políticas públicas e programas sociais e, no cenário internacional, para governança, sustentabilidade e inovação.

PALAVRAS-CHAVE: bibliometria; administração pública; planejamento; contratações públicas.



1. INTRODUÇÃO

As compras públicas constituem-se em uma das áreas mais sensíveis e importantes da atividade logística que movimenta a Administração Pública (Oliveira, 2019). Compreender seu valor estratégico e o processo de contratação, para além de um simples procedimento administrativo e operacional, é crucial para os gestores públicos. Pois a implementação de objetivos de política pública quase sempre depende da disponibilidade de bens e serviços de terceiros na quantidade e no momento adequado, sem desperdício ou carência (Mazzucato, 2024).

As licitações públicas consistem num dos principais instrumentos de gestão e execução orçamentária, sendo o meio de processamento da aquisição de bens, serviços e obras necessários ao funcionamento das organizações públicas, bem como de entrega de resultados de políticas públicas à sociedade (Mazzucato, 2024) (Foss et al., 2025). A magnitude e a complexidade desses processos exigem um arcabouço legal e regulatório robusto, da mesma maneira como mecanismos de controle e transparência que garantam a probidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Nesse contexto, o planejamento, enquanto função administrativa que define objetivos e decide sobre recursos e tarefas necessários para alcançá-los adequadamente, é indispensável. Segundo Porter (1989) cabe ao administrador definir estratégias e projetar o futuro da organização e ao fazê-lo, ele estrutura e reestrutura continuamente a instituição ou a unidade sob sua gestão, inclusive o planejamento das contratações.

Dessa forma, o planejamento das contratações não deve ser o fim em si, mas o meio para se alcançar um resultado, ou seja, auxiliar a organização no alcance de suas metas e objetivos (Leonez, 2021a). Mostra-se conveniente levar em conta a realidade de cada entidade e desenvolver um conjunto eficaz de mecanismos baseados na governança, para assegurar que contratações a serem executadas mantenham-se alinhadas tanto com o planejamento estratégico do órgão quanto com o interesse público (Leonez, 2021b).

No âmbito internacional, o padrão buscado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em matéria de contratações governamentais, pode ser



considerado paradigmático, devido a amplitude e profundidade de suas diretrizes, bem como do interesse brasileiro em ingressar no grupo. A OCDE recomenda práticas licitatórias aos seus países-membros, com o objetivo estabelecer melhores práticas regulatórias sobre o tema (Thorstensen, 2021).

A Recomendação de 2015 do Conselho da OCDE, por exemplo, oferece aos signatários uma estrutura holística que contempla todas as etapas do ciclo das compras públicas e está organizada em torno de doze princípios-chave inter-relacionados, cada um detalhado por meio de orientações específicas que constituem um roteiro abrangente para o aprimoramento dos sistemas de compras governamentais (OCDE, 2025).

No âmbito nacional, como apontado por Agata (2024), observa-se que no Brasil existem várias leis que regulam e orientam os procedimentos de licitações realizadas pelo setor público. A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA), representa um marco significativo nesse contexto, substituindo a Lei nº 8.666/93 e introduzindo inovações que visam modernizar e desburocratizar os processos de aquisição governamental (Brasil, 2025).

Com esse novo marco legal, a responsabilidade da alta administração pela governança é reforçada, cabendo-lhe, entre outras medidas, assegurar o alinhamento das contratações com o planejamento estratégico (Leonez, 2021a) por meio da implementação do Plano de Contratações Anual (PCA), auxiliando na otimização dos recursos disponíveis e no aprimoramento dos processos de trabalho.

Dessa forma, este trabalho surge da oportunidade de contribuir com a comunidade científica e gestores públicos para a ampliação da discussão a respeito da produção científica nacional e nos países da OCDE quanto às ações que antecedem a formalização de contratos em órgãos públicos. Buscou-se responder, em termos gerais, qual a produção, a estruturação e a dinâmica presentes na literatura acadêmica interdisciplinar sobre a temática do planejamento de contratações governamentais.

Com o objetivo de sistematizar e analisar a produção científica sobre a aplicação do planejamento nas contratações públicas no contexto brasileiro e em países da OCDE, este



artigo utiliza a pesquisa bibliométrica para traçar uma macrovisão desse campo de estudo. Como contribuição científica, o trabalho mapeia o estado da arte, as tendências emergentes e as lacunas literárias, fornecendo insights e benchmarks fundamentais que não apenas organizam o conhecimento atual, mas também subsidiam futuras pesquisas voltadas ao aprimoramento do modelo brasileiro de compras públicas.

2.MÉTODO DE PESQUISA

A aplicação de técnicas matemáticas e estatísticas para analisar livros, artigos, patentes e outras formas de comunicação da comunidade acadêmica é o cerne metodológico da pesquisa bibliométrica. Seu principal objetivo consiste em estabelecer métricas, principalmente quantitativas, às dimensões da produção científica e tecnológica, por meio da contagem de publicações, citações, palavras-chave e outros elementos disponíveis em bases de dados de periódicos (Okubo, 1997).

Neste artigo, a fim de assegurar a transparência e a replicabilidade dos procedimentos, princípios fundamentais para a condução de estudos bibliométricos de qualidade (Donthu et al., 2021), organizou-se a pesquisa em quatro etapas, a partir da adaptação do roteiro proposto por Sangalli & Kauchakje (2020): (1) definição dos termos de busca e da base de dados de periódicos; (2) coleta e tratamento dos metadados obtidos; (3) cálculo e disposição, em tabelas e gráficos, de variáveis de interesse; e (4) análise bibliométrica de desempenho e mapeamento científico dos documentos coletados.

Na primeira etapa, procurou-se estabelecer uma expressão equivalente em inglês para a temática “planejamento” e “contratações”, no contexto da Administração Pública. A fim de garantir a adequada tradução dos termos, utilizou-se o *Federal Acquisition Regulation* (FAR) dos Estados Unidos (Estados Unidos, 2025) como glossário de consulta. Localizou-se os vocábulos “*procurement process*”, “*government procurement*”, “*acquisition process*”, “*acquisition cycle*”, “*purchase request*”, “*bidding*”, “*tendering*”, e “*hiring*” para o termo “contratações”; “*planning*”, “*strategy*”, “*policy*” e “*plan*” para “planejamento”; e “*public administration*”, “*public*”, “*government*”, “*public service*”, “*civil service*”, “*public sector*”,



“state administration”, “public management” e “public authority” para traduzir o contexto “administração pública”. Após tentativas de combinações e arranjos com os operadores booleanos “OR” e “AND”, definiu-se a *string* de busca a seguir:

Tabela 1: Expressões usadas na busca em bases de dados de periódicos

Data	Termos de Busca para planejamento de contratações públicas em inglês.
02/11/2025	(“public procurement” OR “government procurement” OR “acquisition process” OR “acquisition cycle” OR “bidding” OR “tendering” OR “hiring” OR “purchase request”) AND (“planning” OR “plan” OR “strategy” OR “policy”) AND (“government” OR “public” OR “public administration” OR “public service” OR “civil service” OR “public sector” OR “state administration” OR “public management” OR “public authority”)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estabelecidas as expressões de busca, definiu-se a base de dados de documentos a ser consultada. Optou-se pelo núcleo da coleção da Web of Science (WoS), por sua ampla cobertura de periódicos de alto impacto e pela riqueza dos metadados de suas publicações, características essenciais para as análises de desempenho e de mapeamento científico (Öztürk et al., 2024). Além disso, definiu-se “Topic” como campo de busca, por remeter diretamente ao assunto e abranger os campos “Título”, “Resumo”, “Palavras-chaves do autor” e “Palavras-chaves plus” dos documentos. Após a execução da consulta, a base de dados retornou 3.566 publicações; sendo 3.030 artigos, 427 Artigos de Anais e 109 documentos de vários outros tipos.

A este conjunto de registros, aplicou-se filtro para o tipo “artigo”, iniciando-se a segunda etapa dos procedimentos de pesquisa. Nesta, optou-se pelos formatos de exportação “plain text file” e “RIS” e baixou-se os metadados dos documentos em quatro arquivos, três deles com 1.000 registros e um com 30. Os arquivos “plain text file” foram usados no pacote bibliometrix (versão 5.1.1) do ambiente de programação R-Studio (versão 2025.09.1+401), conforme Aria & Cuccurullo (2017). E os arquivos em formato “RIS” foram utilizados no software Zotero (versão 7.0.29), com vista a agilizar eventuais consultas ao texto completo dos documentos e a facilitar a elaboração de referências bibliográficas.

No tratamento do conjunto de dados baixados, foram identificados e excluídos os registros que apresentavam ausência de metadados relevantes ou duplicidade de títulos, com o objetivo de assegurar a confiabilidade dos resultados da análise bibliométrica (Donthu et al., 2021). Os registros com metadados incompletos foram identificados por meio da função “*missingData*”. O resultado, apontou, dentre outros, a ausência do metadado AB-Abstract em 17 registros, que representam 0,56% do total dos dados. Como em um mesmo registro podem estar ausentes vários metadados, a exclusão seguiu a ordem crescente dos metadados mais ausentes, partindo-se de TC-Science Categories até DE-Keywords. Optou-se por não excluir os registros com ausência dos metadados ID-Keywords plus, pois este consta na maioria dos artigos que o título não esteja em inglês (Clarivate, 2025). Excluiu-se 709 registros nesta ação, usando a função “*drop_na*” do pacote tidyverse (versão 2.0.0).

Para a verificação dos registros duplicados, empregou-se a função “*duplicatedMatching*”, que localizou apenas 2 artigos para exclusão. Até este ponto, restavam 2.319 artigos para a análise bibliométrica.

Por meio da extração de termos específicos nos metadados disponíveis, incluíram-se seis campos no conjunto de dados. Isto porque alguns metadados da WoS, como PI-Publisher City e CR-Cited References, são compostos por dados agrupados que podem ampliar as possibilidades da análise bibliométrica. Os metadados incluídos foram: primeiro autor de cada referência citada, a fonte de cada referência citada, o país de afiliação dos coautores, o país de afiliação do primeiro autor, o instituto de pesquisa de afiliação de cada co-autor e do autor, e a etiqueta abreviada de identificação do documento. Utilizou-se a função “*metaTagExtraction*” para a criação e inserção destes metadados no conjunto de dados.

Para concluir a etapa 2, segmentou-se o conjunto de dados em três subconjuntos, adotando-se como critério o metadado de afiliação do primeiro autor. O primeiro subconjunto, relativo ao Brasil, constituiu-se de 115 registros. O segundo, relativo aos países membros da OCDE, ficou com 1.573 registros. O terceiro subconjunto, denominado geral, reuniu os registros dos dois primeiros, totalizando 1.688 registros. Os dados dos demais



países, no total de 631 registros, foram descartados. Para esta ação de divisão da base de dados, utilizou-se a função “subset” do pacote R-base.

Encerrada a coleta e o tratamento dos dados, iniciou-se a etapa 3 da pesquisa. Nesta, calculou-se o número de publicações anuais, a produtividade por autor, instituição de pesquisa e país, o número de citações e co-citação, o índice “h” dos pesquisadores mais influente - a partir dos dois subconjuntos de dados específicos -, e a frequência de termos relevantes e as relações de citação entre documentos, autores, instituições de pesquisa e países, por meio do subconjunto geral. Empregou-se diversas funções dos pacotes bibliometrix, igraph e tidyverse para obtenção dos valores destas variáveis. Após a apuração, os números foram organizados em tabelas, gráficos e grafos, com o auxílio dos softwares Excel (versão online) e VOSviewer (versão 1.6.20).

Com base nos cálculos da etapa 3, desenvolveu-se a análise de desempenho e o mapeamento científico, conforme proposto por Öztürk et al. (2024) e Donthu et al. (2021). A análise de desempenho se propôs a apresentar uma visão geral da produtividade dos autores, periódicos, instituições e países, em relação ao assunto pesquisado. O mapeamento científico, por outro lado, procurou identificar, de forma ampla, as fundações intelectuais e conceituais da produção científica levantada; propor clusters temáticos de redes de relacionamento entre instituições de pesquisa e países; bem como apresentar as tendências emergentes sobre o tema pesquisado (Gomes et al., 2020).

Para uma interpretação crítica dos resultados da análise bibliométrica, é necessário reconhecer suas limitações metodológicas. Como destaca Okubo (1997), os achados desse tipo de estudo são condicionados pela cobertura e pelas particularidades das bases de dados consultadas. Neste estudo, o viés inerente à base *Web of Science*, com predominância de publicações em inglês, pode sub-representar contribuições científicas de regiões não hegemônicas, principalmente pela opção de recorte geográfico do estudo. Sangalli & Kauchakje (2020) referem-se a este fenômeno como um "viés oculto" na indexação, que pode influenciar a percepção sobre a origem da produção científica.

Além disso, a própria escolha dos vocábulos de busca, ainda que elaborada com rigor, constitui um delimitador do escopo dos resultados que pode excluir trabalhos que utilizam terminologias alternativas. A opção pela bibliometria em detrimento de uma revisão sistemática qualitativa se justifica pela capacidade do método em oferecer uma visão macroscópica e estrutural do campo, objetivo central desta pesquisa, embora não permita uma análise aprofundada do conteúdo dos artigos, como seria possível em outros delineamentos de revisão (Donthu et al., 2021).

3. ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1 Análise de Desempenho

A apresentação das métricas bibliométricas, em termos gerais, são os tópicos iniciais desta seção. Conforme a Tabela 2, o conjunto dos dados abrange o total de 1.688 artigos, publicados de 1991 a 2025. Desse universo, 115 artigos são de autores com afiliação brasileira, enquanto os outros 1.573 são provenientes dos 38 países membros da OCDE.

Devido ao expressivo número de países (38), de periódicos (804) e de instituições de pesquisa (1.283), bem como em decorrência do início tardio de registros de publicações nacionais sobre a temática na base WoS, há uma predominância quantitativa e qualitativa da produção internacional nos dados, evidenciada na proporção de artigos publicados (93,2%) e suas citações (98,82%).

Tabela 2: Indicadores bibliométricos gerais das publicações do Brasil e dos países da OCDE no período analisado

Indicador	Brasil	OCDE
Período de publicação	2006–2025	1991–2025
Número de artigos	115	1.573
Número de periódicos	83	804
Taxa de crescimento anual das publicações	12,88%	15,97%
Instituições de pesquisa envolvidas	98	1.283
Países com autores	10	81
Número de referências citadas	4.348	71.592
Total de citações recebidas pelos artigos	601	33.395

Fonte: Elaborado pelos autores

De forma preliminar, destaca-se a expressiva taxa de crescimento anual da produção científica sobre o tema, correspondente a 12,88% no Brasil e 15,97% no conjunto de países membros da OCDE. Esse indicador evidencia um interesse acadêmico crescente e sustentado no estudo do planejamento das contratações públicas ao longo do período analisado, tanto no contexto nacional quanto no internacional. Tal tendência sugere a consolidação progressiva do tema como objeto relevante de investigação científica, refletindo sua importância no âmbito da gestão pública contemporânea. A Figura 1, mostra a evolução do número de publicações sobre o tema entre os anos de 1991 e 2025. Os dados indicam que, no âmbito dos países membros da OCDE, as publicações sobre o tema apresentaram crescimento expressivo a partir de 2008. Observa-se que o número de publicações anuais passou de 12, em 2007, para 27, em 2008, o que representa um aumento de 125% em um único ano. Esse crescimento acentuado evidencia um ponto de inflexão no interesse acadêmico pelo tema, sinalizando o início de um período de maior intensificação da produção científica nessa área (Ramos et al. 2012).

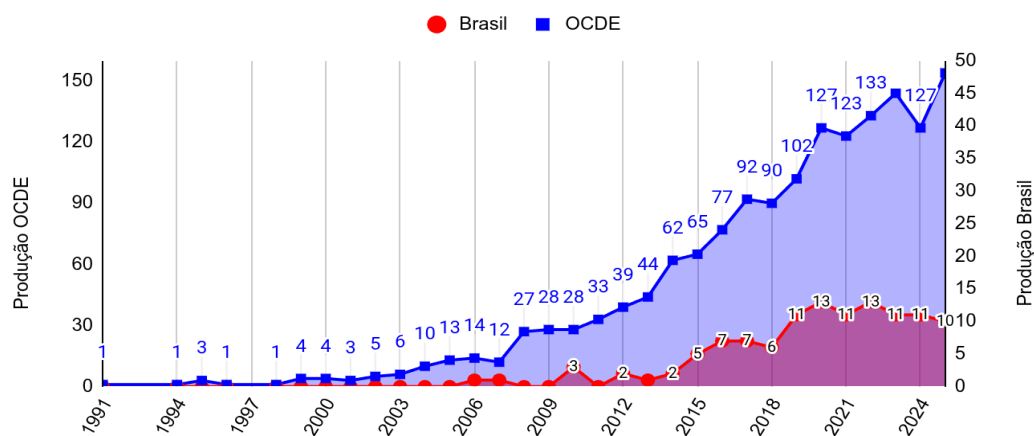


Figura 1. Número total de publicações (Brasil e OCDE)
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados.

A produção brasileira, por sua vez, exibe uma dinâmica particular. Embora tímida e esporádica durante a maior parte do interstício analisado, nota-se um pico expressivo a partir

de 2019, momento em que foram publicados 69,56% do total dos artigos do período. Esse aumento súbito coincide com o momento de discussão, promulgação e implementação da NLLCA.

Em síntese, enquanto a produção da OCDE demonstra a maturidade e a consolidação de pesquisas sobre planejamento de contratações governamentais em nível global, a produção brasileira reflete um campo recente em expansão, que pode ter sido impulsionado pela NLLCA.

A tabela 3 mostra os autores que lideram a produção científica sobre o tema no Brasil e nos países da OCDE. Os acadêmicos foram ranqueados por uma combinação de métricas que prioriza o Índice-h, que reflete a consistência do impacto do autor, seguido pelo número de artigos publicados, sinônimo de sua produtividade, e pelo total de citações ao seu trabalho, compreendido como o grau de influência sobre outros autores. Essa ordem equilibrada permite identificar tanto os pesquisadores mais prolíficos quanto aqueles cujo trabalho efetivamente reverbera na comunidade acadêmica.

Tabela 3: Autores mais relevantes.

Brasil				Países membros da OCDE			
Autores	Índice-h	N. Artigos	N. Citações	Autores	Índice-h	N. Artigos	N. Citações
Cabral S	3	4	52	Zabala-Iturriagagoitia J.M.	9	9	658
Ribeiro C.G.	2	4	18	Flynn A.	7	9	208
Triches R.M.	2	2	51	Davis P.	6	8	163
Reis P.R.C.	2	2	32	Uyarra E.	6	8	782
Sorte W.F.	2	2	17	Saastamoinen J.	6	7	120
Li Y.C.	2	2	16	Tammi T.	6	7	120
Rauen A.T.	2	2	16	Lundberg S.	6	7	223
Borsatto R.S.	2	2	12	Essig M.	6	6	209
Rocha F.	2	2	12	Milios L.	6	6	527
Furtado A.T.	2	2	11	Vogler S.	5	6	103

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados.

Ao analisar a Tabela 3, observa-se que o grupo de pesquisadores vinculados a instituições de países membros da OCDE apresenta métricas bibliométricas mais consolidadas, o que sugere a produção de pesquisas mais maduras e com maior capilaridade e alcance internacional. Os valores de Índice h e o volume total de citações mostram-se consistentes com a trajetória de crescimento do tema apresentada no Gráfico 1, indicando que esses acadêmicos exercem influência significativa e duradoura no campo investigado. Nesse contexto, esses autores configuram, possivelmente, o núcleo de pesquisadores com a produção científica mais visível e amplamente reconhecida em nível global sobre o planejamento das contratações públicas.

Em contrapartida, a lista de autores brasileiros revela um perfil distinto. Embora as métricas observadas sejam relevantes no contexto nacional, elas indicam uma comunidade científica relativamente mais recente ou ainda em processo de consolidação no cenário internacional, frequentemente associada a estudos voltados às especificidades da administração e gestão públicas no contexto brasileiro. Essa interpretação é corroborada pelos dados apresentados no Gráfico 1, que evidenciam um aumento mais recente no número de publicações sobre o tema, sinalizando uma fase de expansão e fortalecimento progressivo da produção científica nacional nessa área.

A Tabela 4 apresenta os periódicos científicos de maior relevância na disseminação de pesquisas sobre o planejamento das contratações públicas, considerando critérios de produtividade e impacto, conforme adotado na análise dos autores. Essa organização permite identificar os principais veículos de publicação associados a cada subconjunto analisado.

A partir desses dados, observa-se que determinados periódicos se destacam como canais centrais de difusão do conhecimento científico, concentrando parcela significativa das publicações e das pesquisas de maior impacto na área. Dessa forma, a análise desses periódicos permite compreender onde o debate acadêmico está mais consolidado, bem como identificar os espaços que exercem maior influência na construção e disseminação do conhecimento sobre o tema.



Tabela 4: Periódicos de maior destaque.

Brasil				Países membros da OCDE			
Periódico	Índice-h	N. Citações	N. Artigos	Periódico	Índice-h	N. Citações	N. Artigos
Ciência & Saúde Coletiva	4	59	5	Journal of Cleaner Production	29	2334	44
Cadernos de Saúde Pública	4	39	5	Research Policy	19	2733	26
Revista de Administração Pública	2	13	4	International Journal of Public Sector Management	13	559	24
Revista Brasileira de Inovação	2	4	4	Sustainability	12	505	43
Revista de Saúde Pública	2	16	2	Journal of Public Procurement	11	295	44
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	1	4	4	Innovation-the European Journal of Social Science Research	11	296	17
Revista de Gestão e Secretariado	1	2	4	Energy Policy	11	1068	16
Revista Tecnologia e Sociedade	1	2	2	Journal of Purchasing and Supply Management	11	417	13
Saúde e Sociedade	1	49	1	Journal of Public Economics	9	415	15
Revista de Nutrição	1	17	1	Technovation	9	670	11

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados.

A lista de revistas do grupo OCDE, na Tabela 4, é composta por veículos de alto impacto e renome internacional, predominantemente das áreas de Administração Pública, Políticas Públicas e Gestão. A presença de jornais de diferentes, mas correlatas áreas do conhecimento, reforça o caráter interdisciplinar do tema, mostrando que o planejamento das contratações é um objeto de estudo que atrai o interesse de diversos grupos científicos. Pelas métricas apresentadas, estes periódicos funcionam como a arena global do debate, onde as principais tendências, modelos teóricos e estudos comparativos são publicados e consumidos pela comunidade acadêmica.

A lista de periódicos do Brasil, por sua vez, revela um panorama distinto e de relevância analítica. Por opção metodológica, foram destacados apenas os veículos de publicação nacionais. O resultado mostra que a produção científica brasileira sobre o tema, embora



crescente, circula predominantemente no âmbito doméstico. Isso corrobora que a pesquisa nacional está, provavelmente, voltada para o debate interno, focada na análise da legislação e do contexto administrativo brasileiro.

A produção das instituições de pesquisa, apresentada na Tabela 5, retrata uma visão geral sobre os centros geográficos e organizacionais da produção de conhecimento sobre planejamento das contratações públicas. A tabela revela as dez instituições mais profícuas, com base na afiliação do primeiro autor de cada artigo, permitindo identificar onde a pesquisa sobre o tema está sendo efetivamente desenvolvida e fomentada.

Tabela 5: Instituições de Pesquisa mais produtivas.

Brasil		Países membros da OCDE	
Instituição de Pesquisa	N. Artigos	Instituição de Pesquisa	N. Artigos
Universidade Estadual de Campinas	18	State University System of Florida	42
Universidade de São Paulo	11	Lund University	40
Universidade Federal da Bahia	11	University of London	39
Universidade Federal do Paraná	8	University of California System	28
Universidade Federal do Rio De Janeiro	8	State University of New York (Suny) System	27
Universidade Federal do Rio Grande Do Sul	8	University System of Ohio	27
Universidade de Brasília	7	Utrecht University	27
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	7	University of Manchester	25
Fundação Getúlio Vargas	6	Royal Institute of Technology	24
Universidade Federal de Minas Gerais	6	Norwegian University of Science and Technology (Ntnu)	23

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados.

A lista de instituições nos países da OCDE, na Tabela 5, apresenta uma concentração da produção em universidades de prestígio acadêmico, majoritariamente localizadas na América do Norte e na Europa. A estas instituições, vinculam-se a maioria dos pesquisadores influentes identificados na Tabela 3. Elas fornecem as condições e a infraestrutura necessárias aos pesquisadores para a condução dos trabalhos sobre o tema. A presença de universidades de diferentes países neste ranking, como Estados Unidos, Reino Unido, Holanda etc. reforça a ideia de um campo de pesquisa acadêmica de interesse consolidado.



Semelhantemente, o ranking nacional é amplamente dominado por universidades, embora nenhuma delas figure entre as 10 primeiras colocadas no conjunto geral dos dados. Essa constatação aponta que coexistem dois circuitos de produção acadêmica: um internacional, voltado para publicações de impacto global, e outro doméstico.

A análise de desempenho procurou traçar um panorama da produção científica sobre o tema do planejamento das contratações públicas. Contudo, a abordagem focada na produtividade e no impacto não revela a estrutura interna do conhecimento nem as conexões intelectuais entre pesquisadores, instituições e países. Para alcançar tal propósito, avança-se agora para a segunda fase proposta para a pesquisa.

3.2 Mapeamento Científico

Avançando da análise de desempenho para o mapeamento científico, esta seção investiga a estrutura de relacionamentos que constitui o campo de pesquisa. A primeira dimensão explorada é a estrutura social, revelada por meio das redes de colaboração. A análise de coautoria permite visualizar como o conhecimento é construído de forma cooperativa, identificando os polos centrais nessa dinâmica.

A Figura 2 mostra a rede de colaboração entre instituições de pesquisa. Ela revela uma estrutura com um grande grupo central bem conectado. No total, foram analisadas 1.385 instituições (do Brasil e da OCDE). Dessas, apenas 661 (47,7%) têm algum tipo de colaboração. Dentro desse grupo, 564 instituições formam uma única rede grande e densa é essa que aparece na Figura 2. As outras 97 instituições formam pequenos grupos isolados de colaboração. A segunda maior rede, por exemplo, tem apenas 5 instituições. Isso mostra que essas parcerias são pontuais e não estão integradas ao núcleo principal da pesquisa.

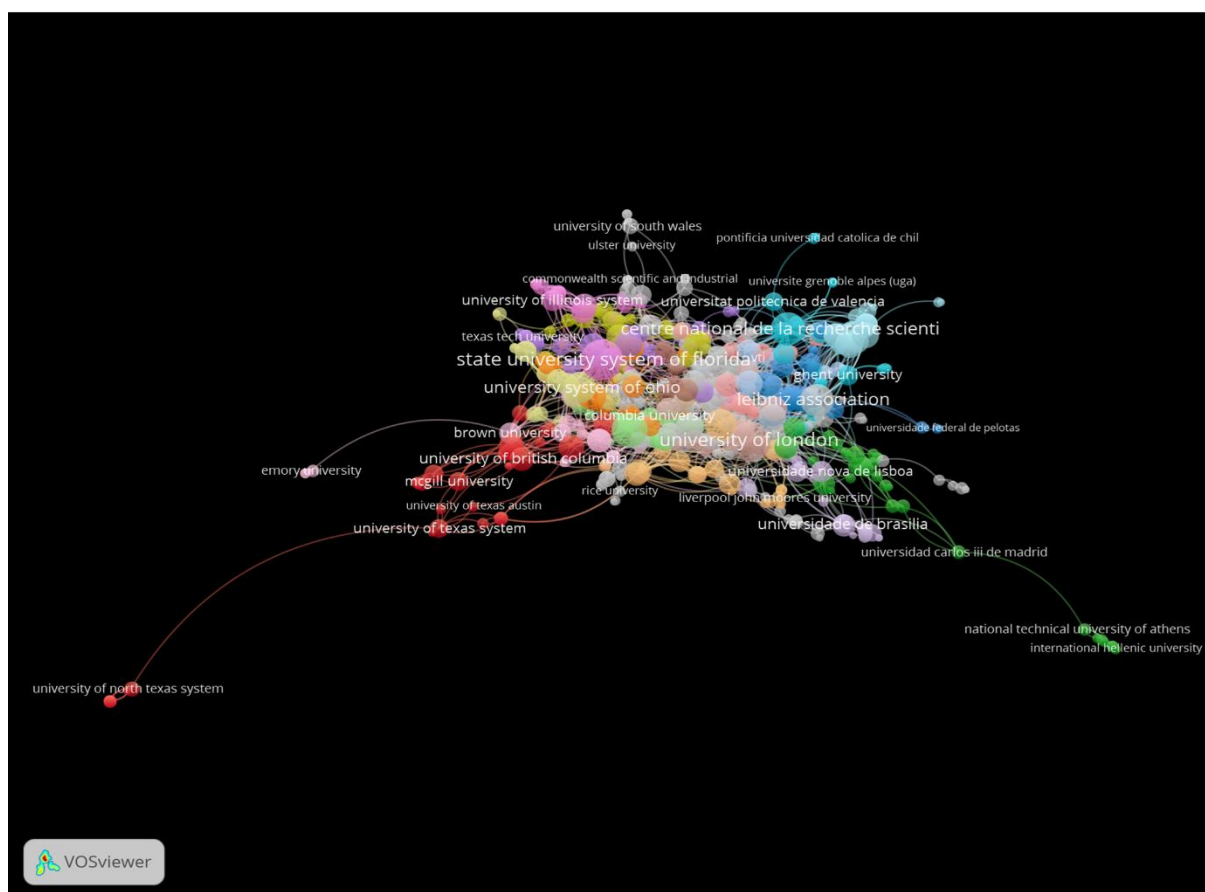


Figura 2: Grafo Rede de Colaboração Entre Instituições de Pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados.

A análise de rede Higgins & Ribeiro (2018) e Aria & Cuccurullo (2017) deste componente principal, com suas 564 instituições, confirma a coesão desse núcleo. A densidade de 0,84 indica um elevado nível de colaboração interna, em que a maioria das conexões possíveis entre os membros de fato existe. O grau de centralização (0,78) reforça a ideia de uma estrutura do tipo "centro-periferia", da qual se pode deduzir que algumas poucas instituições, como "*State University System of Florida*", atuam como centros, concentrando a maior parte das conexões. A transitividade (0,31), por sua vez, aponta para a tendência de formação de clusters temáticos ou regionais, representados pelas cores no grafo, revelando que autores afiliados tendem a colaborar com os de afiliação diferente.

evidencia a forte tendência à formação de *clusters* de colaboração, em que países que colaboram com um mesmo parceiro central tendem a colaborar entre si, com prováveis afinidades regionais, linguísticas ou temáticas.

Em conjunto, a análise da estrutura social, tanto em nível institucional quanto nacional, retrata que a pesquisa em planejamento de contratações públicas possui um núcleo de colaboração bem definido e hierarquizado, em torno do qual orbitam outros atores que embora conectados, não figuram entre os mais relevantes, como é o caso do Brasil e suas instituições de pesquisa.

Concluída a análise da estrutura social, que revelou a arquitetura das colaborações entre instituições e países, a pesquisa avança para a dimensão conceitual. O objetivo agora é inferir a respeito do conteúdo das pesquisas. Para tanto, utiliza-se a análise de co-ocorrência de palavras-chave, uma técnica que mapeia a estrutura temática de um campo científico ao agrupar os termos que aparecem juntos com mais frequência nas publicações. As Figuras 4 e 5 apresentam os mapas conceituais resultantes para os artigos elaborados por autores brasileiros e para os dos países da OCDE, respectivamente. A proximidade entre os termos no mapa indica uma forte relação temática, e os clusters, representados por cores, demarcam os principais grupos temáticos de pesquisa. Os eixos Dim 1 e Dim 2 retratam a primeira e segunda principais razões de segmentação temática das palavras-chaves dos artigos.

Figura 4:

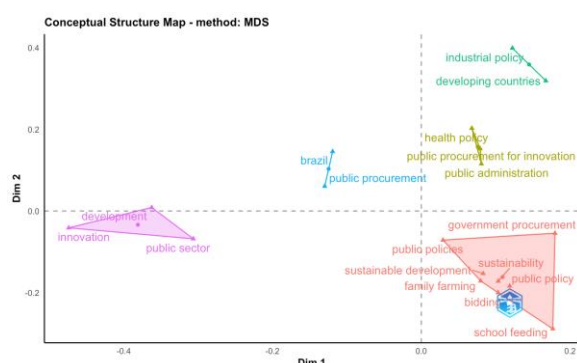


Figura 5:

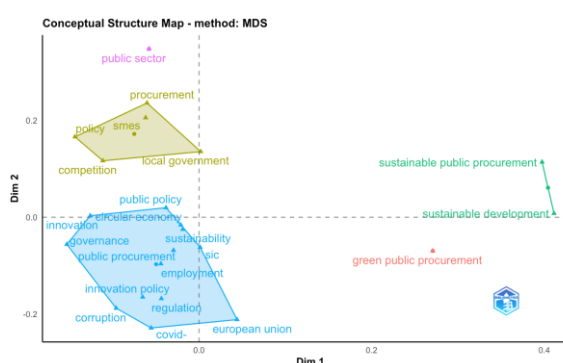


Figura 4: Estrutura Conceitual das Pesquisas em Planejamento de Contratações Públicas no Brasil
Figura 5: Estrutura Conceitual de Pesquisas em Planejamento de Contratações Públicas na OCDE



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados.

O mapa conceitual do Brasil (Figura 4) demonstra uma agenda de pesquisa conectada à execução de políticas públicas setoriais. O cluster mais proeminente (em vermelho) articula o tema das compras governamentais com políticas de desenvolvimento social, ao associar termos como “desenvolvimento sustentável”, “agricultura familiar” e “alimentação escolar”. De forma similar, outros clusters conectam as contratações públicas a áreas específicas como saúde (cluster amarelo) e política industrial (cluster verde). A estrutura geral do mapa sugere que a pesquisa nacional está menos focada em aspectos teóricos do planejamento e mais voltada para a análise instrumental das contratações como ferramenta para alcançar objetivos de políticas públicas específicas.

Em contrapartida, o mapa da OCDE (Figura 5) revela uma agenda de pesquisa com foco em temas estratégicos e transversais que definem o sistema de contratações como um todo. O grande cluster central (em azul) representa o núcleo do debate internacional, integrando conceitos como “governança”, “inovação”, “sustentabilidade”, “corrupção” e “regulação”. Este núcleo é complementado por dois eixos temáticos principais: um focado no desenvolvimento econômico, via estímulo a pequenas e médias empresas e governos locais (cluster amarelo); e outro, com notável destaque, inteiramente dedicado à sustentabilidade ambiental, com os clusters “compras públicas verdes” (vermelho) e “compras públicas sustentáveis” (verde).

A comparação entre as estruturas conceituais evidencia agendas de pesquisa com focos distintos. A produção brasileira investiga o uso das “contratações para a política pública”, analisando sua aplicação em programas sociais. Já a produção da OCDE concentra-se na formulação de uma “política das contratações”, debatendo os princípios sistêmicos de governança, sustentabilidade e inovação que devem nortear todo o regime de compras.

Após mapear as redes de colaboração e os temas pesquisados, a etapa final do mapeamento científico consiste na estrutura intelectual do campo, buscando identificar a sustentação teórica dessas diferentes agendas de pesquisa. Para tanto, empregou-se a análise

de acoplamento bibliográfico, técnica recomendada para identificar as frentes de pesquisa recentes e os temas emergentes, ao agrupar os artigos que compartilham uma base de referências em comum (Donthu et al., 2021). A interpretação dos clusters resultantes, apresentados nos grafos para o Brasil e para os países da OCDE (Higgins & Ribeiro, 2018); (Aria & Cuccurullo, 2017), permite nomear e compreender os núcleos de debate que atualmente mobilizam os pesquisadores em cada contexto.

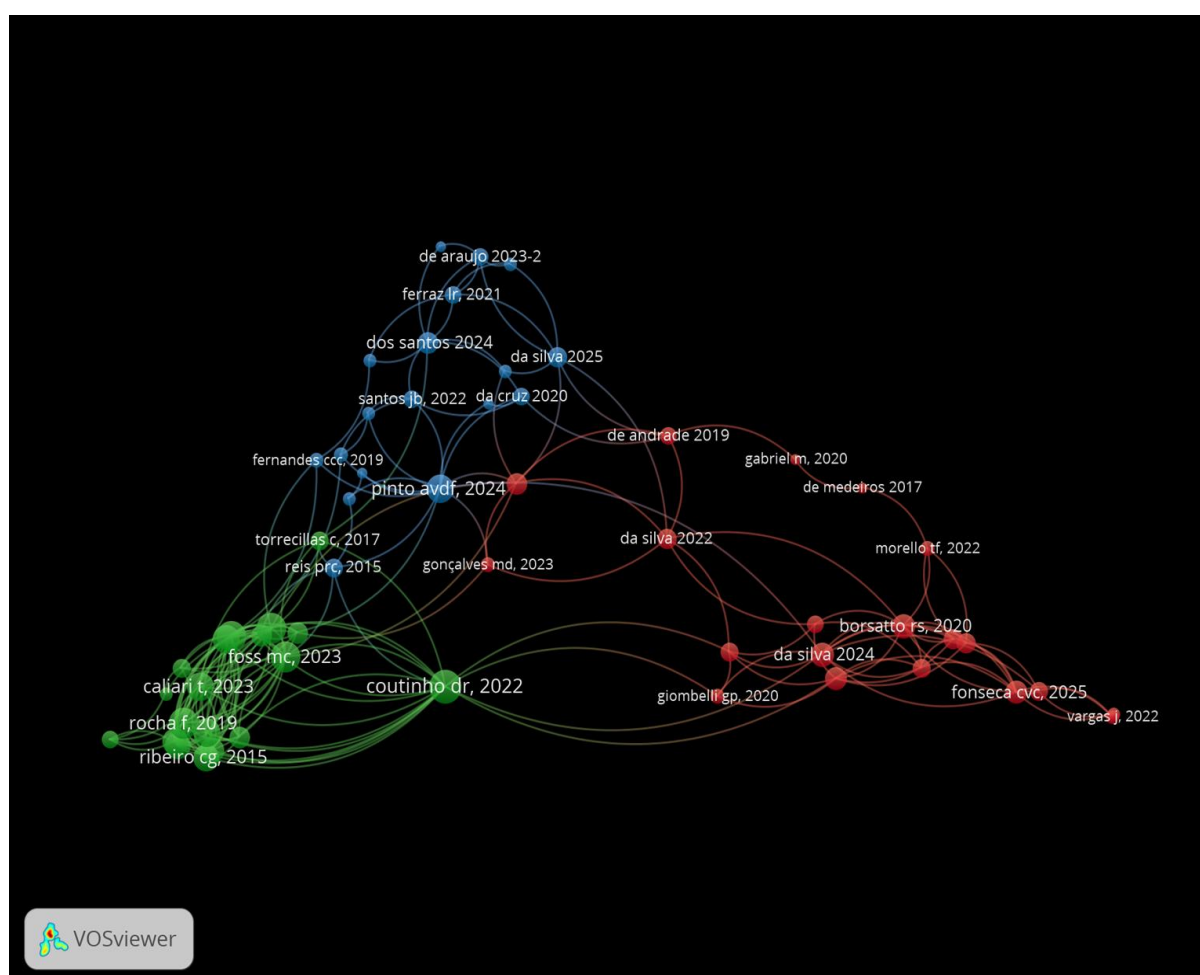


Figura 6: Grafo Rede de Acoplamento de Referências Bibliográficas - Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados.

No cenário brasileiro, a análise revela três frentes de pesquisa distintas, que espelham a agenda identificada no mapa conceitual. O primeiro cluster, cor azul, denominado "Gestão, Desempenho e Inovação em Estruturas de Compras", agrupa trabalhos focados na eficiência interna da máquina pública, analisando a estrutura organizacional e o uso da tecnologia na função de compras. O segundo, cor vermelho, intitulado "Compras Públicas como Instrumento para o Desenvolvimento Agrícola e Social", concentra pesquisas relativas ao papel das aquisições como ferramenta para consecução de políticas públicas, com foco em programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Por fim, o terceiro cluster, cor verde, nomeado "Desenho Institucional e Estratégias de Desenvolvimento via Compras Públicas", investiga o tema o planejamento das contratações públicas sob uma ótica de política industrial e arranjos institucionais.

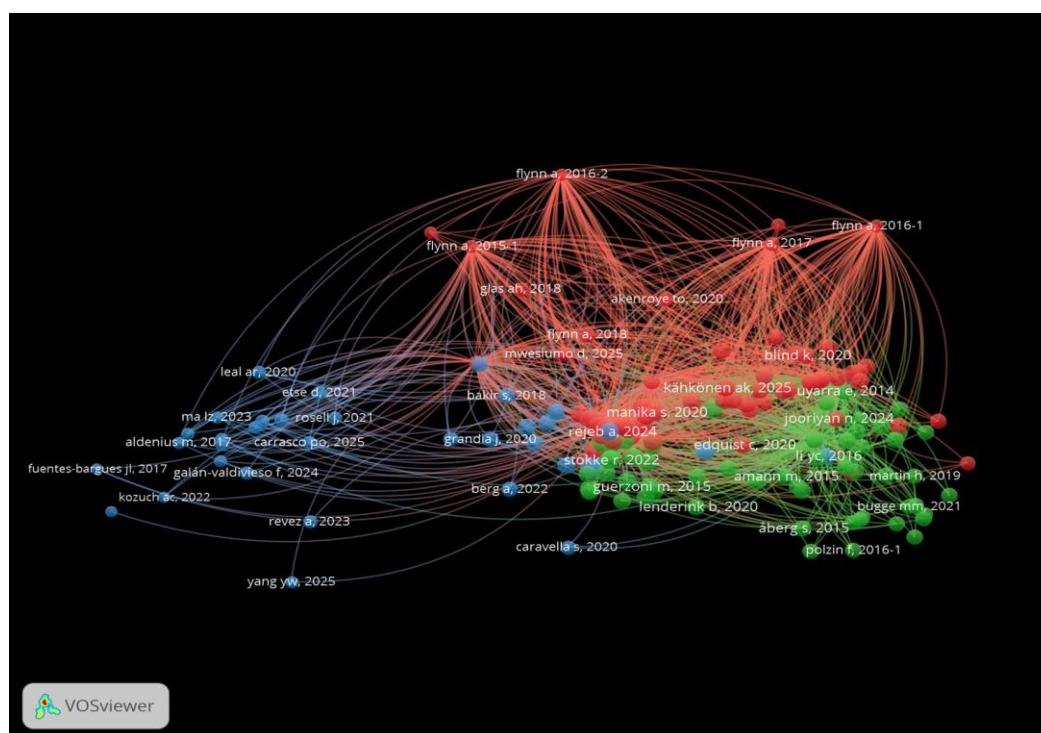


Figura 7: Grafo Rede de Acoplamento de Referências Bibliográficas - Países da OCDE

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados.



Por sua vez, a estrutura intelectual das pesquisas desenvolvidas pelos autores afiliados a instituições de países da OCDE reflete uma agenda mais estratégica e globalizada. A primeira frente de pesquisa, cluster de cor vermelho, denominado "Compras Públicas Estratégicas para Sustentabilidade e Inovação", constitui o maior e mais denso conjunto de referências, confirmando que a sustentabilidade e a inovação são os pilares do debate no âmbito da OCDE. A segunda, cluster de cor verde, intitulado "Capacidades Organizacionais para a Compra Pública de Inovação (PPI)", aprofunda o tema da inovação ao focar nos pré-requisitos e capacidades internas que as entidades públicas precisam desenvolver. Por fim, o terceiro cluster, cor azul, nomeado "Determinantes para Adoção e Implementação de Compras Públicas Verdes e Sustentáveis", investiga o planejamento das contratações governamentais da perspectiva dos fatores que facilitam ou dificultam a aplicação prática da sustentabilidade em diferentes contextos.

Tabela 6: Publicações representativas da estrutura intelectual de pesquisas em planejamento das contratações públicas, por cluster, do Brasil e dos países da OCDE.

Base de Dados	Cluster	Dados da Publicação
Brasil	Gestão, Desempenho e Inovação em Estruturas de Compras (Azul)	<i>The Relationship Between Performance and the Dimensions of the Brazilian Federal Revenue Service's Procurement Structure.</i> (Pinto et al, 2024). (DOI: 10.1590/0034-761220240028x)
Brasil	Gestão, Desempenho e Inovação em Estruturas de Compras (Azul)	<i>Innovation in Public Procurement: Activities and Results in the Case of Robot Alice of the Office of the Comptroller General.</i> (Panis et al, 2022). (DOI: 10.12660/cgpc.v27n86.83111)
Brasil	Compras Públicas para o Desenvolvimento Agrícola e Social (Vermelho)	<i>Characterization and Analysis of the Supply Network of the Brazilian National School Feeding Programme.</i> (Da Silva & Passador, 2024). (DOI: 10.1080/09540962.2023.2174290)
Brasil	Compras Públicas para o Desenvolvimento Agrícola e Social (Vermelho)	<i>Public Procurement as Strategy to Foster Organic Transition: Insights from the Brazilian Experience.</i> (Borsatto et al, 2020). (DOI: 10.1017/S174217051900036X)
Brasil	Compras Públicas para o Desenvolvimento Agrícola e Social (Vermelho)	<i>School Feeding and Family Farming: Reconnecting Consumption to Production.</i> (Triches & Schneider, 2010). (DOI: 10.1590/S0104-12902010000400019)
Brasil	Desenho Institucional e Estratégias de Desenvolvimento (Verde)	<i>Law and Innovation in Public Procurement: The Case of the National School Feeding Program.</i> (Coutinho et al, 2022). (DOI: 10.21783/rei.v8i2.726)



Brasil	Desenho Institucional e Estratégias de Desenvolvimento (Verde)	<i>Nurturing Domestic Firms Through Public Procurement: A Comparison Between Brazil and Japan.</i> (Sorte, 2016). (DOI: 10.1177/0952076715603444)
Países da OCDE	Compras Públicas Estratégicas para Sustentabilidade e Inovação (Vermelho)	<i>Public Procurement Research: A Bibliometric Analysis.</i> (Rejeb, 2024). (DOI: 10.1108/IJPSM-07-2022-0157)
Países da OCDE	Compras Públicas Estratégicas para Sustentabilidade e Inovação (Vermelho)	<i>SPP Toolbox: Supporting Sustainable Public Procurement in the Context of Socio-Technical Transitions.</i> (Trindade et al, 2018). (DOI: 10.3390/su10010067)
Países da OCDE	Compras Públicas Estratégicas para Sustentabilidade e Inovação (Vermelho)	<i>Exploiting the Potential of Public Procurement: Opportunities for Circular Economy.</i> (Alhola et al, 2019). (DOI: 10.1111/jiec.12770)
Países da OCDE	Compras Públicas Estratégicas para Sustentabilidade e Inovação (Vermelho)	<i>The Intellectual Structure of Social and Sustainable Public Procurement Research: A Co-Citation Analysis.</i> (Torres-Pruñonosa et al, 2021). (DOI: 10.3390/su13020774)
Países da OCDE	Capacidades Organizacionais para a Compra Pública de Inovação (Verde)	<i>Promoting Supply Market Development by the Dynamic Capabilities of Innovative Public Procurement.</i> (Kähkönen et al, 2025). (DOI: 10.1016/j.pursup.2025.101056)
Países da OCDE	Capacidades Organizacionais para a Compra Pública de Inovação (Verde)	<i>Buyer's Market-Oriented Culture, Strategic Procurement Capability, and Customer Performance in the Public Procurement of Innovations.</i> (Tammi et al, 2025). (DOI: 10.1093/scipol/scae072)
Países da OCDE	Determinantes para Adoção e Implementação de Compras Verdes (Azul)	<i>Getting the Green Light on Green Public Procurement: Macro and Meso Determinants.</i> (Rosell, 2021). (DOI: 10.1016/j.jclepro.2020.123710)
Países da OCDE	Determinantes para Adoção e Implementação de Compras Verdes (Azul)	<i>Municipal Green Purchasing in Mexico: Policy Adoption and Implementation Success.</i> (Leal et al, 2020). (DOI: 10.3390/su12208339)
Países da OCDE	Determinantes para Adoção e Implementação de Compras Verdes (Azul)	<i>Green Public Procurement as an Effective Way for Sustainable Development: A Systematic Literature Review and Bibliometric Analysis.</i> (Carrasco et al, 2025). (DOI: 10.1002/sd.3234)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados.

A literatura representativa das frentes de pesquisa nos países da OCDE evidencia um campo maduro que aborda as compras públicas como uma alavanca estratégica para objetivos de políticas mais amplas. O debate central, refletido no cluster "Compras Públicas Estratégicas para Sustentabilidade e Inovação", concentra-se em como o poder de compra do Estado pode induzir a transições para uma economia circular (Alhola et al, 2019) e fomentar a sustentabilidade em suas dimensões social e ambiental (Torres-Pruñonosa et al, 2021)

(Trindade et al, 2018). Este eixo principal se desdobra em investigações mais específicas: de um lado, estudos aprofundam as "Capacidades Organizacionais para a Compra Pública de Inovação", analisando as competências dinâmicas e a cultura interna necessárias para que o setor público consiga, de fato, estimular o mercado (Kähkönen et al, 2025); (Tammi et al, 2025); de outro, pesquisas investigam os "Determinantes para Adoção e Implementação de Compras Verdes", buscando compreender os fatores macro e meso que impulsionam ou barram a efetivação dessas políticas (Rosell, 2021) (Leal et al, 2020).

Em contrapartida, a produção intelectual brasileira, embora dialogue com temas como desenvolvimento e inovação, demonstra um foco predominantemente instrumental e aplicado. A frente de pesquisa mais proeminente, "Compras Públicas como Instrumento para o Desenvolvimento Agrícola e Social", analisa o uso das aquisições como uma ferramenta para a execução de políticas públicas já estabelecidas, com destaque para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o fomento à agricultura familiar e orgânica (Da Silva & Passador, 2024) (Borsatto et al, 2020) (Triches & Schneider, 2010). Essa abordagem é complementada por estudos sobre "Desenho Institucional e Estratégias de Desenvolvimento", que investigam os arranjos legais e as estratégias para fomento da indústria nacional (Coutinho et al, 2022) e (Sorte, 2016), e por uma frente focada em "Gestão, Desempenho e Inovação" interna, que explora a otimização da estrutura de compras e a adoção de tecnologias para ganho de eficiência (Pinto et al, 2024) (Panis et al, 2022).

Em síntese, a análise combinada das estruturas social, conceitual e intelectual revela que a produção científica sobre planejamento de contratações públicas se organiza em duas agendas distintas: nos países da OCDE, caracterizada pela maturidade, com um debate globalizado e focado em temas estratégicos e sistêmicos como sustentabilidade e inovação; no Brasil, marcada por uma expansão recente, impulsionada por marcos regulatórios, com uma pesquisa de foco doméstico e instrumental, voltada para a aplicação das compras na execução de políticas públicas setoriais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática apresentada neste trabalho buscou compreender como a produção científica sobre o planejamento das contratações públicas se estrutura, evolui e se diferencia entre o Brasil e os países membros da OCDE, a partir de uma perspectiva bibliométrica. Partiu-se do pressuposto de que o planejamento é elemento central para a eficiência, a governança e a efetividade das compras governamentais, sendo relevante identificar como esse tema tem sido abordado na literatura acadêmica ao longo do tempo, bem como quais são os principais atores, agendas e enfoques predominantes nesse campo de pesquisa.

No presente estudo, foi possível verificar que a produção científica internacional sobre o planejamento das contratações públicas apresenta maior maturidade, volume e impacto quando comparada à produção brasileira. Os resultados indicaram um crescimento expressivo das publicações, especialmente a partir da década de 2010, com destaque para os países da OCDE, nos quais o tema se consolida como um campo de investigação estratégico, associado à governança pública, à inovação e à sustentabilidade. No Brasil, observou-se que a produção é mais recente e fortemente influenciada por mudanças normativas, notadamente pela promulgação da Lei nº 14.133/2021.

Neste sentido, explanou-se que as análises de desempenho e de mapeamento científico revelaram estruturas sociais, conceituais e intelectuais distintas entre os dois contextos analisados. Enquanto a agenda internacional se organiza em torno de um núcleo altamente interconectado de instituições e países, com pesquisas de alcance global e enfoque sistêmico, a produção brasileira apresenta um perfil mais doméstico, concentrado em universidades públicas e voltado à aplicação das contratações como instrumento de execução de políticas públicas setoriais, especialmente nas áreas social, agrícola e de saúde.

Outro ponto observado no presente estudo foi a diferença temática evidenciada pelas análises conceitual e intelectual. No cenário da OCDE, sobressaem estudos voltados às compras públicas sustentáveis, verdes e inovadoras, bem como às capacidades organizacionais necessárias para sua implementação. No Brasil, por sua vez, os clusters identificados demonstram uma ênfase maior na eficiência interna, no desempenho das

estruturas de compras e no uso das contratações como ferramenta de desenvolvimento social e econômico, revelando uma abordagem mais instrumental do planejamento das contratações públicas.

Portanto, com as pesquisas realizadas, foi possível concluir que o campo de estudos sobre planejamento das contratações públicas encontra-se em estágios distintos de desenvolvimento entre o Brasil e os países da OCDE. Os achados reforçam a relevância do tema para a administração pública contemporânea e evidenciam oportunidades para o avanço da pesquisa nacional, especialmente no que se refere à incorporação de abordagens estratégicas, sistêmicas e voltadas à sustentabilidade e à inovação. Ademais, o estudo contribui ao oferecer uma visão abrangente do estado da arte da produção científica, podendo servir de referência para pesquisadores e gestores públicos interessados no aprimoramento das práticas de planejamento e governança das compras públicas.

REFERÊNCIAS

AGATA, P. B. (2024). Implementação do Plano de Contratações Anual e demais instrumentos de Governança: o planejamento de compras na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. 2024.

ALHOLA, K., RYDING, S. O., SALMENPERÄ, H., & BUSCH, N. J. (2019). Exploiting the Potential of Public Procurement: Opportunities for Circular Economy. *Journal of Industrial Ecology*, 23(1), 96–109. <https://doi.org/10.1111/jiec.12770>

ARIA, M.; CUCCURULLO, C. (2017). Bibliometrix: An R-tool for Comprehensive Science Mapping Analysis. *Journal of Informetrics*, 11(4), 959-975. doi: <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 1 set. 2025.

BORSATTO, R. S.; ALTIERI, M. A.; DUVAL, H. C.; PEREZ-CASSARINO, J. (2020). Public procurement as strategy to foster organic transition: Insights from the Brazilian experience. *Renewable Agriculture and Food Systems*, 35(6), 688–696. <https://doi.org/10.1017/S174217051900036X>



CARRASCO, P. O.; IANNONE, F.; FERRÓN VÍLCHEZ, V.; TESTA, F. (2025). Green public procurement as an effective way for sustainable development: A systematic literature review and bibliometric analysis. *Sustainable Development*, 33(2), 2364–2391. <https://doi.org/10.1002/sd.3234>

CLARIVATE. Keyword Plus generation, creation, and changes [Internet]. London: Clarivate; 2025 Jun 21 [cited 2025 Nov 2]. Available from https://support.clarivate.com/ScientificandAcademicResearch/s/article/KeyWords-Plus-generation-creation-and-changes?language=en_US.

COUTINHO, D. R.; FOSS, M. C.; LEVY, M.; DE PAULA, P. D. C. B. (2022). Direito e Inovação em Compras Públicas: O Caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista Estudos Institucionais*, 8(2), 203–228. <https://doi.org/10.21783/rei.v8i2.726>

DA SILVA, D. B. P; PASSADOR, J. L. (2024). Characterization and analysis of the supply network of the Brazilian national school feeding programme. *Public Money & Management*, 44(3), 252–258. <https://doi.org/10.1080/09540962.2023.2174290>

DONTHU, N., KUMAR, S., MUKHERJEE, D., PANDEY, N.; LIM, W. M. (2021). How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 133, 285–296. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.04.070>

ESTADOS UNIDOS. General Services Administration. Federal Acquisition Regulation (FAR). Washington D.C.: GSA, 2025. Disponível em: <https://www.acquisition.gov/FAR/> Acesso em 29 out. 2025.

FOSS, M. C.; COUTINHO, D. R.; REIS, R. T. S. (2025). Construindo capacidades estatais para contratações públicas: O caso do Laboratório de Inovação do Tribunal de Contas da União. *Revista do Serviço Público*, 76(a), 145–172. <https://doi.org/10.21874/rsp.v76ia.10733>

GOMES, D. H.; SOARES FILHO, V.; RODRIGUES, W. Estudo bibliométrico internacional da gestão em propriedades rurais (2010 – 2020). *Revista de Administração da UFSM, Santa Maria*, v. 13, n. Ed. Especial, p. 1205-1226, 2020.

HIGGINS, S. S. & RIBEIRO, A. C. A. (2018). *Análise de Redes em Ciências Sociais: V. I. Enap*.

LEAL, A. R.; PEREZ-CASTILLO, D.; AMORÓS, J. E.; Husted, B. W. (2020). Municipal Green Purchasing in Mexico: Policy Adoption and Implementation Success. *Sustainability*, 12(20), 8339. <https://doi.org/10.3390/su12208339>

LEONEZ, A. A Lei nº 14.133/21 e a implementação do planejamento das contratações anual. Portal L&C Licitações e Contratos. 2021a. <https://www.licitacaocontrato.com.br/artigo/a-lei-14133-21-e-a-implantacao-do-planejamento-das-contratacoes-anual-11062021.php>. Acesso em 08 nov 2025

LEONEZ, A. O Plano Anual de Contratações e os desafios na sua operacionalização. 2021. Portal L&C Licitações e Contratos. 2021b. <https://www.licitacaocontrato.com.br/artigo/o-plano-anual-contratacoes-desafios-sua-operacionalizacao-17032021.php>. Acesso em 08 nov 2025

KÄHKÖNEN, A.K.; JÄÄSKELÄINEN, A.; KARTTUNEN, E.; PEDROSO, C. B.; LINTUKANGAS, K. (2025). Promoting supply market development by the dynamic capabilities of innovative public procurement. *Journal of Purchasing and Supply Management*, 31(4), 101056. <https://doi.org/10.1016/j.pursup.2025.101056>

MAZZUCATO, M. (ed.) (2024). *Transformação do Estado no Brasil: Desenhando compras públicas, empresas públicas e infraestrutura pública digital orientadas por missões para promover o crescimento sustentável e inclusivo*. UCL Institute for Innovation and Public Purpose. IIPP Policy Report 2024/15. ISBN: 978-1-917384-34-6 Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/policyreport-2024-15>

OCDE (2025), *Implementando a Recomendação da OCDE sobre Compras Públicas na OCDE e Países Parceiros: Relatório 2020-2024*, Revisões de Governança Pública da OCDE, Publicações da OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/02a46a58-en>. (Acesso em: 06 nov 2025)

OKUBO, Yoshiko (1997). *Bibliometric Indicators and Analysis of Research Systems: Methods and Examples*. Paris: OECD Publishing, 1997. (OECD Science, Technology and Industry Working Papers, 1997/01).

OLIVEIRA, F. J. G. M. (2019). O programa de Compliance e o uso do ciclo PDCA na construção de um novo modelo de compras públicas em Jaboatão dos Guararapes.

ÖZTÜRK, Oğuzhan; KOCAMAN, Rıdvan; KANBACH, Dominik K. How to design bibliometric research: an overview and a framework proposal. *Review of Managerial Science*, v. 18, p. 3333-3361, 2024.

PANIS, A.; ISIDRO, A. D. S. F.; CARNEIRO, D. K. D. O.; MONTEZANO, L., RESENDE JUNIOR, P. C.; SANO, H. (2022). Inovação em compras públicas: Atividades e resultados no caso do robô Alice da Controladoria-Geral da União. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 27(86), 1–19. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v27n86.83111>

PINTO, A. V. D. C. F.; MONTEIRO, D. A. A.; REIS, P. R. D. C. (2024). The relationship between performance and the dimensions of the Brazilian Federal Revenue Service's procurement structure. *Revista de Administração Pública*, 58(4), e2024-0028. <https://doi.org/10.1590/0034-761220240028x>

PORTER, M. E. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Ramos, L., Vadell, J., Saggioro, A., & Fernandes, M. (2012). A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: Análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 55(2), 10–27. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292012000200002>

ROSELL, J. (2021). Getting the green light on green public procurement: Macro and meso determinants. *Journal of Cleaner Production*, 279, 123710. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.123710>

SALVADOR, E. J.; DE SÃO PEDRO FILHO, F. (2023). Ferramenta multifacetada para controle de Plano de Contratações Anual. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 14, n. 7, p. 11396–11413, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i7.2240. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2240>. Acesso em: 1 set. 2025.

SANGALLI, A.; KAUCHAKJE, S. (2020). Uma Introdução à Bibliometria e Cientometria: o caso do presidencialismo latino-americano. *Revista Política Hoje*, v. 29, n. 1, p. 87-121, 2020.

SORTE, W. F. (2016). Nurturing domestic firms through public procurement: A comparison between Brazil and Japan. *Public Policy and Administration*, 31(1), 29–50. <https://doi.org/10.1177/0952076715603444>

TAMMI, T.; SAASTAMOINEN, J.; REIJONEN, H. (2025). Buyer's market-oriented culture, strategic procurement capability, and customer performance in the public procurement of innovations. *Science and Public Policy*, 52(2), 181–192. <https://doi.org/10.1093/scipol/scae072>

THORSTENSEN, Vera Coordenadora et al. *Cadernos Brasil na OCDE: compras públicas*. 2021.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. (2010). Alimentação escolar e agricultura familiar: Reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, 19(4), 933–945. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>

TRINDADE, C. P.; ANTUNES, P.; PARTIDÁRIO, P. (2017). SPP Toolbox: Supporting Sustainable Public Procurement in the Context of Socio-Technical Transitions. *Sustainability*, 10(1), 67. <https://doi.org/10.3390/su10010067>

TORRES-PRUÑONOSA, J.; PLAZA-NAVAS, M. A.; DÍEZ-MARTÍN, F.; BELTRAN-CANGRÓS, A. (2021). The Intellectual Structure of Social and Sustainable Public Procurement Research: A Co-Citation Analysis. *Sustainability*, 13(2), 774. <https://doi.org/10.3390/su13020774>